

República de Angola
Comité Nacional de Coordenação da Iniciativa para Transparência
nas Indústrias Extractivas

Relatório de Actividades da Sociedade Civil no âmbito
Transparência nas Indústrias Extractivas
(2021- Janeiro 2022)

Luanda-Fevereiro 2022

Índice

1. Introdução
2. Apresentação da Sociedade Civil
3. Descrições dos projectos e actividades
 - 3.1 Conferencia Regional Leste, sobre os Recursos Naturais-Saurimo-Lunda Sul.
 - 3.2 Encontro da Sociedade Civil para Concertação sobre Participação no Processo de Adesão à ITIE.
 - 3.3 Mesa Redonda sobre o Impacto da Dívida Pública na Gestão Sustentável dos Recursos Naturais.
 - 3.4 Campanha de Advocacia sobre a não alteração à Lei nº 8/20 de 16 de Abril, Lei das Áreas de Conservação Ambiental.
 - 3.5 Formação sobre Mecanismo de Funcionamento do ITIE e o Envolvimento da Sociedade Civil.
 - 3.6 Conferência nacional sobre os Recursos Naturais: Uma bênção para todos.
 - 3.7 Relatório das Actividades Realizadas pelo TCHOTA de Janeiro 2021 a Janeiro 2022.
 - 3.8 Reunião de votação das Organizações membros efectivos e suplentes da CNC-ITIE-Angola
4. Conclusões
5. Anexos

1. Introdução

A Sociedade Civil Angolana, sempre preocupou-se com a gestão e transparência dos recursos naturais do nosso país, que sem sombras de dúvidas, constituem uma grande fonte de melhoria da qualidade de vida de todos os angolanos, facto, que ainda é um grande desafio a ser alcançado.

É o sector, que nos temos mais debatido, para uma melhor gestão é a área dos recursos minerais e petróleo que até agora são a maior fonte de receitas ao Orçamento Geral do Estado e conseqüentemente a que merece um maior escrutínio no aspecto da transparência dos recursos financeiros e materiais à nível nacional e internacional.

Para os membros da SC, parecia uma miragem, o Governo de Angola, manifestar o seu interesse em tornar-se membro de uma instituição internacional, ligada a transparência na indústria extractiva, e este acto foi tornado público através do Despacho Presidencial nº 117/20 de 1 de Setembro de 2020, e com o despacho, despoletou-se um conjunto de acções que visam efectivar o pedido de adesão de Angola.

Fruto, deste processo de adesão de Angola, as organizações da sociedade civil, membros ao Comité de Coordenação da Iniciativa da Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), elaboraram o presente relatório, de actividades ocorridas entre 2020 à 2022.

2. Apresentação do grupo da sociedade civil, sua caminhada até ao Comité de Coordenação do EITI.

A sociedade civil angola, sempre defendeu, uma gestão transparente e uma exploração sustentável dos nossos recursos naturais e o respeito dos direitos humanos, sobretudo das comunidades que vivem nas zonas de exploração.

A acção, das ONGs, sempre foi, pautada pelo respeito das leis do país, e a sua actuação é desenvolvida de uma forma isolada ou articulada em rede ou plataforma.

É a partir do espírito de articulação e melhor gestão de recursos, que criou-se o movimento TCHOTA em 2016, por organizações da sociedade civil angolana e eclesiásticas com a finalidade de organizar uma plataforma nacional de discussão e análise da situação social e económica que afecta as comunidades que vivem em zonas de exploração de recursos naturais.

No movimento fazem parte, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA); o Instituto para a Cidadania – MOSAIKO; Associação MWANA PWO; Associação Mãos Livres; Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA); Acção Comunitária para o Desenvolvimento de Angola (ACDA); Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola (CEA-UCAN); Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA); Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade de Género (FMJIG); Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD). Ao movimento entrou outras organizações e deu-se o início do ciclo de conferências sobre

os recursos naturais em Angola. Todavia, as acções do TCHOTA, não estão voltadas somente aos meus membros, mas a todas organizações ligadas ao ambiente e direitos humanos.

Tendo em conta, a experiência do movimento, o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, convidou a Coordenação do TCHOTA para liderar a fase de selecção das organizações da sociedade civil a membros do Comité de Coordenação do ITIE Angola. E foi um processo, que envolveu organizações não filiadas ao movimento, ou seja, participaram as organizações que atenderam ao Edital Publicado pelo Ministério no Jornal de Angola.

3. Descrição dos Projectos e Actividades

3.1 I CONFERÊNCIA REGIONAL LESTE, SOBRE RECURSOS NATURAIS, SAURIMO, PROVÍNCIA DA LUNDA SUL¹

O TCHOTA, promoveu a realização da I Conferência Regional Leste, sobre os recursos naturais, que teve como lema: **“Recursos Naturais, Uma Bênção Para Todos”**. A conferência teve os seguintes objectivos:

- a) Contribuir para uma consciência da sociedade sobre a visão mineira africana e nacional, para melhor gestão e justa distribuição dos rendimentos resultantes da indústria mineira;
- b) Garantir a participação activa das comunidades afectadas, no debate sobre a exploração dos recursos naturais;
- c) Advogar por boas práticas de gestão e distribuição justa dos rendimentos provenientes da exploração dos recursos naturais;
- d) Divulgar o processo que envolve todo ciclo de exploração dos recursos naturais.

Após a apresentação e discussão dos temas apresentados, os participantes, apresentaram as conclusões e recomendações, dentre as quais destacamos:

Conclusões

1. Os recursos naturais em Angola devem ser vistos como bênção, todos devem usufruir dos dons que lhes foram dados por Deus, sem excepção de ninguém, todos somos filhos da mesma terra;
2. A Cooperação entre as empresas de exploração mineira e as comunidades não surte os impactos desejados, devido às crescentes assimetrias sociais, desapropriação das terras aráveis, dificuldades na livre circulação e poluição do ambiente, desembocando no êxodo rural;

¹ *Comunicado da 1ª Conferência Regional Leste, Sobre Recursos Naturais, 9 de Dezembro de 2020, Saurimo, Lunda Sul.*

3. A mulher é a principal vítima do sistema extractivista, ela deve ter maior cuidado e privilegiada nos recursos naturais, pois elas permitem-lhes realizar as suas actividades diárias.

Recomendações

1. Sejam envolvidas as comunidades no processo de exploração do ambiente, pois ela tem vindo a prejudicar as comunidades;
2. Que se faça mais pressão por parte do Governo e a ENDIAMA E.P. no cumprimento do memorando assinado;
3. A exploração dos recursos minerais seja feita de uma forma transparente e razoável, tendo em conta as futuras gerações;
4. Respeitar e fazer respeitar as leis que regulam a actividade mineira e ambiental, devendo-se aplicar sanções severas, contra as que atentam ao ambiente;
5. Sejam indemnizadas as comunidades, cujas terras de cultivo foram expropriadas pelas empresas de exploração mineira;
6. Garantir espaços de liderança às mulheres, no sistema de gestão das empresas mineiras;
7. Promover e incentivar a participação das mulheres para em primeira mão apresentarem os problemas que enfrentam no uso dos recursos naturais.

3.2 ENCONTRO DA SOCIEDADE CIVIL PARA CONCERTAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ADESÃO À INICIATIVA DE TRANSPARÊNCIA DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA (ITIE) ²

Angola acolheu no dia 25 de Janeiro de 2021, das 10h00 até 14h30, via Zoom, o encontro da sociedade civil para concertação sobre a participação no processo de adesão ao ITIE. O encontro participado por 21 organizações da Sociedade Civil Angolanas teve seguintes objectivos:

1. Introduzir aos membros da SC os padrões da ITIE e dos critérios da participação da sociedade civil;
2. Definir e aprovar os critérios e processo de nomeação dos representantes da sociedade civil no Comité Nacional de Coordenação da ITIE;
3. Definir o código de condutas representantes da sociedade civil no Comité Nacional de Coordenação da ITIE
4. Selecionar o grupo de trabalho para preparação da assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil

² *Definir o código de condutas representantes da sociedade civil no Comité Nacional de Coordenação da ITIE, Luanda 25 de Janeiro de 2021*

3.3. MESA REDONDA SOBRE O IMPACTO DA DÍVIDA PÚBLICA NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ³

No dia 25 de Janeiro de 2021, a Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA), no âmbito da implantação e funcionamento da Plataforma Angolana da Cidadania sobre Dívida Pública (PACDP), das 15h00 as 19h30, promoveu via Zoom, a 1ª Mesa Redonda sobre o impacto da dívida pública na gestão sustentável dos recursos naturais, com os seguintes objectivos:

1. Analisar impacto do endividamento público Angolano na gestão sustentável dos recursos naturais e seu relacionamento com a situação social e económica das comunidades;
 2. Produzir e partilhar conhecimentos para a construção de uma consciência pública e política baseada nos princípios da responsabilização, gestão justa, transparência, equidade, democracia e direitos humanos na governação, redistribuição dos recursos e oportunidades económicas aos cidadãos e cidadãs, prevenindo que o endividamento público angolano, não venha a comprometer o bem-estar das gerações vindouras.
1. Os 26 participantes da mesa-redonda em representação de 10 províncias, nomeadamente, Cunene, Huambo, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Uíge e Zaire, depois de intensa discussão e profunda análise sobre as graves implicações económicas e sociais que a dívida pública tem na gestão sustentável dos recursos naturais na realização dos direitos dos cidadãos, sobretudo aqueles que vivem nas áreas de exploração dos mesmos recursos, chegaram as seguintes conclusões e recomendações:

Conclusões

1. A África não é um continente pobre, mas a sua má gestão faz da África um continente pobre;
2. Angola tem 38 dos 50 minerais mais procurados do mundo, mas a sua exploração não está a se traduzir no combate a pobreza.
3. Deve o Governo de Angola, criar uma cadeia de valor para gestão eficiente dos recursos naturais, dialogar e discutir os aspectos críticos da visão mineira africana.
4. A mudança de mentalidade é preciso, de modo que o governo trabalhe com as comunidades, quando se trata de assuntos ligados ao bem-estar da população. É preciso ser proactivos.

³ PACDP, 2012-Relatório do Grupo Temático Dívida Pública verso Recursos Naturais, Luanda 25 de Janeiro de 2021.

5. Apelo ao fim da exploração ilícita de recursos naturais, a população civil não deve ter medo de enfrenta as autoridades, mas sim exigir a mudança de políticas, optando pela de distribuição igualitária dos recursos, sendo essa propriedade de todos.
6. A inserção das comunidades nos planos de exploração mineira, uma vez que, é trabalhando com eles que as distribuições destes mineiros serão feitas de forma equitativa.
7. Os benefícios da exploração mineira devem ser alocados as populações mais carentes, principalmente as que se encontram nos locais de exploração.
8. O não cumprimento dos princípios de Responsabilidade Social Corporativa viola os direitos das comunidades e por sua vez, não traz benefícios ao Estado Angolano;
9. A forma ilícita e clandestina de exploração e comercialização dos recursos naturais, sobretudo diamantes, pedras ornamentais e inertes tem fomentado a corrupção no sector mineiro.

Recomendações

Com tudo que foi abordado, os participantes do encontro chegaram a conclusão de que:

1. O Estado Angolano deve criar mecanismo de fiscalização eficaz, para velar nas indústrias extractivas sobre o cumprimento dos princípios da responsabilidade social corporativa, pagamento dos impostos e outras obrigações legais.
2. Para uma gestão sustentável dos recursos naturais, o Estado Angolano deve criar leis e regulamentos que obrigue as empresas exploradores e as multinacionais vocacionadas para a actividade comercial no sector a primar pelos seguintes princípios no decurso da realização da sua catividade.
 - a) Transparência;
 - b) Consulta pública;
 - c) Participação;
 - d) Responsabilização;
 - e) Valorização e pressão para implementação da conversão triangular na gestão da dívida pública.

3.4. CAMPANHA DE ADOCAÇÃO SOBRE A NÃO ALTERAÇÃO À LEI Nº8/20 DE 16 DE ABRIL, LEI DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL⁴

-
- ⁴ *Relatório Narrativo Síntese sobre a Campanha de Advocacia sobre a Não Alteração à lei 8 das Áreas de Conservação Ambiental, Abril de 2021, Luanda;*
 - *Posição do Tchota relativa as alterações da Lei n.º 8/20 de 16 de Abril, Lei das Áreas de Conservação.*

No âmbito da Lei 8, sobre as áreas de conservação, o TCHOTA e demais organizações da sociedade empenharam-se para não alteração da referida lei, e no fim produziram um relatório e uma nota de posição do TCHOTA.

3.5. FORMAÇÃO SOBRE MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO DO ITIE E O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

Após a tomada de posse e participação na 1ª Reunião Ordinária do Comité de Coordenação (CNC) da ITIE, realizada no dia 9 de Junho de 2021, o Fórum de *Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género e a Associação Mãos Livres*, organizaram, um seminário formativo, de dois dias (09 e 10 de Julho de 2021), com as organizações membros do Comité, com o objectivo de falar sobre:

1. A ITIE e o engajamento da sociedade civil;
2. O padrão da ITIE (com foco no regulamento da participação da sociedade civil);
3. Como coordenar a actuação da sociedade civil no Comité Nacional da ITIE;
4. Experiências africanas da sociedade civil nos Comités Nacionais da ITIE;
5. Como envolver o grupo alargado da sociedade civil no processo da ITIE;
6. Legislação angolana, convenções e tratados assinados por Angola e a promoção da transparência na indústria extractiva.

Com esta acção de formação, viu-se a necessidade de uma maior troca de informação e de experiência entre os membros do Comité, bem como, alargar o campo de partilha de informação a outros actores que não estão no Comité. Outrossim, viu-se, que devemos articular as nossas actividades, com outras organizações da sociedade civil que são membros do Comité do ITIE em África e noutras latitudes.

Os desafios, são árduos, mas unidos e coordenados, podemos contribuir melhor no Comité Nacional da ITIE.

3.6. CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE RECURSOS NATURAIS: UMA BENÇÃO PARA TODOS⁵.

A cidade de Luanda, acolheu a Conferência Nacional, sobre a problemática dos Recursos Naturais em Angola, nos dias 27 a 29 de Outubro de 2021.

A organização do evento, visou dentre outros temas analisar:

⁵ *TCHOTA – Plataforma Nacional de Organizações da Sociedade Civil e Espaço de Diálogo e Participação sobre as Questões Ligadas a Gestão e Exploração dos Recursos Naturais. Conferência Nacional, sobre Recursos Naturais: Uma Bênção para Todos. Comunicado Final (Draft actualizado, aos 14.11.2021), Luanda.*

1. A visão do Estado sobre o processo de adesão de Angola ao ITIE (Intercâmbio de Transparência Internacional dos Estados) e o impacto que poderá ter para maior transparência no sector mineiro;
2. Situação social e económica das comunidades impactadas pela exploração dos recursos naturais, ou seja, as vivências e experiências das comunidades locais;
3. Experiências práticas das empresas na responsabilidade social e garantia dos direitos fundamentais das comunidades locais;
4. Modos de processamentos dos fluxos financeiros ilícitos no sector mineiro, transparência dos contratos na indústria extractiva;
5. Reflexão sobre avanços e recuos no trabalho da sociedade civil em prol das comunidades impactadas pelas explorações dos recursos naturais e por último aferir
6. O Jornalismo investigativo como um mecanismo de denúncia dos fluxos financeiros ilícitos.

Da conferência, concluiu-se:

1. A adesão de Angola ao ITIE, contribuirá para promoção de uma governação mais responsável dos recursos nacionais e distribuição equitativa da riqueza e desenvolvimento sustentável das comunidades. Isto faz com que os rendimentos dos recursos naturais sejam canalizados para a promoção do bem-estar das comunidades, construindo mais escolas, hospitais, entre outros;
2. A adesão de Angola ao ITIE não é um fim em si mesmo, mas sim, um mecanismo que abre oportunidades para promoção do bem-comum.
3. O Código Mineiro foi criado e aprovado, sem a participação da sociedade civil e conhecimento da realidade concreta das comunidades de acordo com as suas especificações socioeconómicas e culturais, e isto tem dificultado o cumprimento e a implementação de determinados projectos sociais no âmbito da responsabilidade social das Empresas. Este facto se reflecte na inexistência de condições sociais básicas a fim de atender as necessidades sociais básicas da população das comunidades locais, através da construção de mais hospitais, escolas, reabilitação de estradas, agências bancárias.
4. Existe no país pouca disponibilidade e acessibilidade das informações sobre Sistema fiscal e financeiro das actividades empresariais no sector de exploração

- dos recursos naturais (incluído contratos para investimentos públicos, pagamentos dos impostos, lucros etc.);
5. O ITIE é um mecanismo que visa representar uma oportunidade para o Estado e a Sociedade Civil identificar e minimizar os riscos de corrupção na indústria extractiva dos recursos naturais. O mesmo se constitui como um dos instrumentos fundamentais que possa contribuir para garantia dos direitos económicos e sociais das comunidades locais;
 6. O ITIE contribui ainda para promoção e melhoria da transparência nas indústrias de exploração de recursos naturais, e encorajar as empresas no sentido da prestação de contas;
 7. A iniciativa de adesão de Angola ao ITIE visa assegurar e garantir maior transparência e uma distribuição equitativa dos recursos naturais existentes no país; Até aos dias, se constata que, não há transparência na gestão dos rendimentos provenientes dos recursos naturais;

Recomendações

1. Os fluxos financeiros devem ser entendidos e traduzidos na generalidade dos recursos que o país dispõe, porém, em Angola estes resultam e continuam dependentes do petróleo e dos diamantes, visto que estes são as principais fontes de rendimento e arrecadação do país;
2. A sociedade civil deve trabalhar no sentido de tomar público o conhecimento das riquezas naturais, dos recursos naturais e os seus benefícios na vida das comunidades, lá aonde eles existirem. Isto implica a fiscalização e emponderamento da população no sentido de capacitá-las em matéria de exploração dos recursos naturais;

3.7. RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DE JANEIRO DE 2021 À JANEIRO DE 2022⁶

As actividades relatadas, surgiram, como respostas de algumas recomendações da Conferência, realizada em Outubro de 2021, sobre os Recursos Naturais. E foram desenvolvidas, nas províncias de Luanda e Cuando Cubango.

⁶ *Relatório das Actividades Realizadas, de Janeiro de 2021 à Janeiro de 2022, Luanda (Ingombotas, Cacuaco, Viana) e Cuando-Cubango (Menongue, Cuchi), 2021-2022, Coordenação do TCHOTA;*

3.8. REUNIÃO DE VOTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MEMBROS EFECTIVOS E SUPLENTE DA CNC-ITIE-ANGOLA⁷

A quando da realização da 2ª Reunião do Comité Nacional de Coordenação, realizada a 17 de Janeiro de 2022, foi informado aos membros do comité, que o mesmo deveria ser reestruturado, ou seja, os sectores deveriam indicar os seus membros efectivos e suplentes. Para o efeito, no dia 1 de Fevereiro os membros do comité pela sociedade civil, tiveram uma reunião para composição dos seus membros efectivos e suplentes. E o grupo, ficou com a seguinte composição:

Membros efectivos:

- AJUDECA (Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola);
- ACDA (Acção Comunitária para o Desenvolvimento de Angola);
- MWANA PWO;
- ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente);
- JEA (Juventude Ecológica Angolana)

Membros suplentes:

- MOSAIKO, Instituto para a Cidadania;
- FUNDAÇÃO KISSAMA;
- SIMA (Sindicato Independente dos Marítimos e Afins de Angola);
- UFOLO, Centro de Estudos para a Boa Governação;
- SITCABGOSESP (Sindicato dos Trabalhadores da Cabinda Oil e de Empresas de Prestação de Serviços no Sector Petrolífero).

Não obstante, a nova composição dos membros da sociedade civil ao comité, reforçou-se que o espírito de partilha de informação e de concertação das acções ao comité deve-se manter.

4. Conclusões e recomendações finais

Com base, no que foi apresentado, conclui-se:

1. A adesão de Angola ao ITIE, constitui um marco para gestão e transparência dos recursos naturais;
2. As experiências e diferentes áreas de actuação das organizações da sociedade civil, constituem factores chaves, para o sucesso delas no ITIE;
3. Os desafios são imensos, mas se mantivermos uma articulação coordenada, será uma mais-valia ao Comité Nacional de Coordenação do ITIE;

⁷ *Acta da Reunião do Grupo da Sociedade Civil – CNC ITIE, Selecção das Organizações/membros efectivos e suplentes do CNC – ITIE Angola, Fevereiro de 2022.*

4. Objectivo das organizações da sociedade civil, é de ajudar na melhoria da qualidade de vida das populações, e apesar da crise pandémica, as nossas actividades foram desenvolvidas.
5. A troca de experiência e de informação com o Secretariado da ITIE Moçambique e em particular com os representantes da sociedade civil, foi muito positiva.

Como recomendações:

1. Melhorar a partilha a tempo de informação justa e transparente no âmbito do ITIE, para facilitar a participação activa dos actores envolvidos no processo;
2. Continuar com o ciclo de formação aos membros do ITIE;
3. Estreitar o nível de cooperação com organizações da sociedade civil de países membros do ITIE;
4. Elaborar um plano de acção em paralelo ao do Secretariado Nacional do ITIE.

Luanda, ao 21 de Fevereiro de 2022

Pelo

Armando António –JEA

Manuel Pembele Mfulutoma-AJUDECA